

Papel da mulher no magistério

Desde o início de nossos estudos referentes à história geral e da educação, vimos vários aspectos que contribuíram para compreendermos melhor as mudanças e permanências da nossa sociedade atual.

Dentre este longo percurso, partindo da Grécia Antiga até a época do Império no Brasil, várias são as observações e reflexões feitas a partir do papel da mulher nestas sociedades, ou seja, de mera espectadora no início dos tempos à sua nova posição frente ao mercado de trabalho atual, no mundo contemporâneo, em que muitas mudanças econômicas e sociais contribuíram para alterar a atuação das mulheres.

Após a Independência do Brasil, havia a necessidade de anular certos ranços do período colonial em nossa sociedade, entretanto, poucas foram as mudanças, principalmente para os mais pobres, pois a estrutura colonial persistia na sociedade Imperial, devido esta independência ter sido apenas econômica, pois a sociedade caracterizava-se pelo seu caráter escravista, com economia agrário-exportadora.

Outro ranço da sociedade colonial que se fazia presente nos tempos do Império era a educação não ser prioridade devido à sociedade possuir características agrário-exportadora, sendo, desta maneira, a educação concebida como desnecessária para aqueles que iriam lidar com a terra. A educação era vista como um ornamento, erudição, status, sendo destinada apenas aos filhos dos colonos, mas não tinha caráter utilitário, sendo assim, mesmo que as leis em meados de 1827 estabelecessem as escolas das primeiras letras, esta sociedade escravocrata mostra-nos a dualidade entre o Brasil Real X Brasil Legal. []

Neste contexto, há o surgimento de algumas escolas, que eram caracterizadas pela dualidade entre a formação dos meninos x formação das meninas. Tinham escolas para meninos, com professores e, também, aquelas para as meninas, que eram educadas por uma professora, ou seja, não havia mistura de gêneros. Os conteúdos também eram diferenciados, tais currículos posteriormente iriam designar também a diferenciação salarial entre estes profissionais.

Mas não só as mulheres foram prejudicadas em sua formação educacional, a população de origem africana também sofreu inúmeras desvantagens, assim como a indígena, ambas tinham, na maioria das vezes, a sua presença vedada nas escolas.

As mulheres, que eram filhas de grupos sociais privilegiados, recebiam uma educação voltada para o casamento, recebendo várias instruções com o objetivo de torná-las uma boa companhia para os seus maridos e uma mulher que pudesse representá-lo de modo adequado e respeitável na sociedade. Neste contexto, nota-se uma certa conformidade entre estas mulheres de origem aristocrática, pois eram diferentes das menos privilegiadas, tinham o que perder. Tal situação de conformidade pode ser observada nos dias atuais, as mulheres,

principalmente as mais ricas, continuariam presas a casamentos e a certos padrões de conduta com medo de perderem uma vida mais confortável e seu status.

Em geral a educação das mulheres, independente da sua classe social, possuía um caráter de formação moral, pois se entendia que estas eram quem iriam educar as gerações futuras, ou seja, mais uma vez ocorre a ênfase ao papel da esposa e mãe a estas mulheres.

Com base neste princípio, não era oferecida às mulheres uma educação com caráter de instrução, mas sim, uma educação com base na moral, justificada por seu destino de mãe, ou seja, uma educação baseada nos ideias cristãs, com ênfase no catolicismo, ocorrendo uma dicotomia entre a figura de Eva e Maria. Entretanto, a mulher não possuía muita escolha, normalmente era esperado que seguissem a imagem de pureza vinculada àquela de Maria, ou seja, Maria era a Santa e Eva o modelo de pecadora.

Mesmo com as mudanças inspiradas nos modelos positivistas e cientificistas, o caráter materno na educação da mulher ainda fazia-se presente. Com a passagem do modelo rural para o urbano da sociedade brasileira, os homens começam a sair da função do magistério, pois as indústrias pagavam mais, sendo assim, há o surgimento de mais vagas para as mulheres, que enquanto esperavam para se casarem viam no exercício do magistério uma possibilidade de ocupar o seu tempo.

A invasão da ala feminina nas escolas normais e, conseqüentemente, nas salas de aula (de ambos os sexos, pois o número de homens passa a cair gradativamente devido o processo de urbanização) foi analisada por muitos como algo preocupante, pois estes viam as mulheres despreparadas para assumirem tal responsabilidade.

Atualmente, entendemos como normal esta inclinação ao magistério por parte das mulheres, pois estas ampliam os seus horizontes. Devido a esta presença predominantemente feminina, há a associação de características extremamente femininas a esta prática docente, características presentes até hoje.

O próprio fato de as mulheres virem de uma condição extremamente submissa, na qual poucas reivindicavam seus direitos, isto gerou um perfil de profissionais que pouco luta por melhorias. Observamos que poucas são as greves ou reivindicações em prol de melhorias para o magistério atual, quando há, notamos que boa parte das professoras não participa.

Mas não só o fato de serem mais dóceis e passivas pode ser atrelado ao baixo salário pago pela função de professora. O fato de esta profissão ser entendida como temporária, até que chegasse o casamento, como já citamos, uma vez que para a sociedade daquela época, caberia ao homem sustentar a sua família. Entretanto, tal concepção de provisoriedade ainda hoje é observada, basta citarmos a frase “A professora não ganha mal, apenas casou com o homem errado” (Paulo Maluf).

Qualquer atividade profissional representava riscos para a verdadeira função da mulher, ou seja, o de mulher e mãe, em que a maternidade e o casamento eram entendidos como a verdadeira carreira feminina.

As primeiras mulheres que assumiram cargos de coordenação ou direção nas instituições educacionais eram vistas como homossexuais, devido esta função ter caráter de autoridade, sendo então, uma função masculina.

Dado atual, do Fórum Econômico Mundial divulgou o panorama da desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres atualmente. Dos 58 países analisados, o Brasil ocupa o 51º (pior lugar da América do Sul). Quando a pesquisa foca o número de mulheres em cargos de decisão, o Brasil escapa por pouco do último lugar, ou seja, ainda hoje sofremos com o ranço de uma sociedade machista.

Segundo a ministra Nilcéia Freire, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, esta péssima colocação é decorrente do fato de as brasileiras terem conquistado muito de uns anos para cá. Prova disso é que a Constituição garante igualdade de direitos e há novas leis assegurando as mesmas oportunidades de trabalho, esses avanços são recentes e, agora, aos poucos estão sendo refletidos na prática.

A preocupação inicial com a produção das professoras, que aos poucos enchem escolas normais, ocorreu mais com uma verdadeira “deformação”, eram utilizados vários dispositivos para garantir melhor ordem, disciplina e vigilância.

Várias eram as instituições de ensino, havia as públicas, colégios normais pagos, religiosos, laicos, etc. As moças que frequentavam estas instituições também possuíam origens diferenciadas. Os conteúdos inseridos nesta “formação” das professoras buscavam atrelar a formação de mestras modernas e detentoras de conhecimentos adquiridos mediante descobertas de pesquisas científicas com a aquisição de conhecimentos importantes para o casamento e maternidade, ou seja, mais uma vez há o caráter provisório ligado à profissão.

Sendo assim, a escola continuava atrelada ao lar, pois a formação docente ainda ligava-se à maternidade e ao afeto, no quais a escola deveria ser um espaço ausente de conflitos e desarmonias dos mundos exteriores, voltados para si mesmos, sem interferência do seu meio.

Atualmente, o que mais objetivamos é uma escola em que a prática pedagógica esteja ligada ao contexto. Uma escola na qual a criança está inserida, em que haja constantemente uma ligação com o meio social desta, trazendo para dentro do âmbito escolar as dúvidas, experiências e conflitos presentes no dia a dia do educando, para serem discutidos e refletidos em sala de aula, proporcionado aos alunos maior criticidade e participação em sua sociedade.

Essa socialização do ensino não era observada nas escolas mais antigas, pois em seus regulamentos buscavam controlar as relações entre alunos, professoras,

dirigentes e, assim, proibiam que fossem tratados assuntos alheios às disciplinas nas salas de aula ou corredores. Caso esse regulamento fosse infringindo, as alunas ou professoras poderiam ser expulsas. Ou seja, não era privilegiada a integração entre os alunos e professoras e a contextualização do ensino.

Tal seriedade e disciplina com que eram tratados os relacionamentos no âmbito escolar, também eram refletidas no modo de vestir, falar e de se portar das professoras. Constituíam-se uma estética e uma ética. As mestras deveriam vestir-se e portar-se discretamente, silenciando-se sobre a sua vida pessoal. Havia uma visão política para criar um jeito de professora, moldando e caracterizando como ela devia ser, agir, falar, vestir, ou seja, o perfil que ela deveria ter para legitimar sua função de mestra.

Essa preocupação em formar a mulher existia porque era entendido que ela também fazia parte de outras instituições sociais (família, amigos) e que poderia transformá-las ou influenciá-las através de sua prática digna.

Tal visão da influência dos professores na vida de jovens ou crianças ainda é válida nos dias de hoje. Uma recente pesquisa com jovens da região sudeste do Brasil, aponta que 97% dos jovens têm, na figura do educador, a pessoa de maior confiança e credibilidade (até mais que a família). Nota-se que controlar, pacificar e doutrinar os professores interferem diretamente na formação dos jovens e crianças, já que o mestre é tido como modelo a seguir pelos seus educadores.

Os professores exercem a função não apenas em sala de aula e, com isso, são capazes de se autogovernar e influenciar seus meios de vivência. Porém, essa prática necessitava ser de acordo com os critérios de ordem e disciplina almejados em sua formação.

Para que a matéria-prima das professoras fosse de “boa qualidade”, era exigida das normalistas uma sólida formação moral (igreja) e até suas leituras eram censuradas, sendo proibidos textos que fossem nocivos à formação das crianças e jovens.

Tal moral exigida na formação do magistério confundia as professoras com uma espécie de “clérigo-leigo”, cujas vidas e ações deveriam ser controladas. Ainda hoje percebemos comentários do tipo “e olha que é professora, hein!”, articulando a figura da professora a uma prática imaculada e perfeita, na qual não se admite o erro.

A “feminização do magistério” contribuiu para que cada vez mais as mulheres se policiassem perante suas ações sociais, pois sendo ela um modelo para as crianças precisa ser exemplar, a professora é consagrada mãe-espiritual.

A figura da professora que se formava não era somente da “espera marido”. Para outras, o magistério era a fuga para suas desilusões particulares ou má aceitação social (falta de namorados, pouca beleza).

Nessa lógica, é fácil compreender que as meninas feias ou retraídas eram chamadas para o magistério, pois já que para elas a maternidade física parecia vedada, poderiam exercer seu papel de mãe com outras crianças, cumprindo sua função social, a de “mãe espiritual”.

Como antigamente para uma mulher não era compatível trabalhar (na escola, uma profissão digna) e ter um lar, o casamento em algumas vezes era renunciado: “Ofício do magistério era a solidão feminina”.

Atualmente, a mulher não apenas assume a função de professora em tempo integral – pois, na maioria das vezes, por causa do salário necessita trabalhar em mais de uma escola – como também assume a responsabilidade do lar e dos filhos.

Os exercícios do magistério e do casamento não poderiam ocorrer simultaneamente, já que em lei de 1917, era proibida a prática do magistério por mulheres casadas, já que as estas estariam propícias à gravidez e, para a época, seria desrespeito uma mulher grávida se apresentar perante os alunos.

Nesse contexto, o afeto desenvolvido no ambiente escolar, era praticamente vedado o contato físico ou carinhos entre a professora e seus alunos. Beijos e abraços aconteciam apenas em casos especiais.

Estudos atuais comprovam que o afeto no ambiente escolar facilita e é indispensável para que o aluno desenvolva-se e sinta-se seguro com a figura do professor, em que proporciona um ambiente mais satisfatório para o aprendizado. Segundo Vygotsky, o indivíduo aprende melhor quando dispõe de interações sadias em seu ambiente escolar.

A proibição de professoras casadas no magistério era uma forma de evitar indagações sobre o sexo, por parte dos alunos, o que era inaceitável na época. Nos atuais, temas transversais, a sexualidade é um tema que deve ser atrelado a diversas disciplinas e estar presente nos conteúdos escolares já nas séries iniciais, pois se reconhece que o estudo do corpo e da sexualidade proporciona o aluno tornar-se um indivíduo mais consciente perante sua prática sexual.

A preocupação em torno do casamento, gravidez e contato físico entre professor e aluno, tem em seu principal fundamento a moral da educadora que não deveria ser manchada. As mulheres que trabalhavam, exercendo o magistério, usufruíam algumas regalias próprias dos homens, já que trabalhavam e eram mais autônomas, tinham dinheiro para prover seu sustento e, por sua formação, eram mais instruídas do que as mulheres que se casavam.

Para as normalistas recém-formadas era atribuído, nas primeiras décadas do século XX, o título de professorinhas ou tias. Tal denominação era caracterizada pela visão de a professora primária ser “boazinha”, ser a tia que cuidará de seus alunos com carinho de mãe.

Na atualidade temos, principalmente na Ed. Infantil, o uso do termo “tia” como substituta da denominação professora. A mesma justificativa que era utilizada no passado, ainda serve para explicar tal nomenclatura, que numa visão mais realista continua a trazer ranços da desvalorização do magistério.

Essa desvalorização está ligada à figura feminina que compõe o grande contingente dessa profissão e, também, à visão de que a “Tia” solteirona, sem filhos, cuidaria com prazer dos filhos das outras pessoas, seria uma doação e, para isso, não necessitavam de um alto salário.

Na concepção científica, as teorias psicológicas e filosóficas atuam com o objetivo de definir a representação da professora. Essas teorias apresentam a concepção de **educadora**, tentando enfatizar a importância da profissão e não apenas a visão romântica da tia.

A educadora não apenas instrui, ela também é responsável pela educação global do seu aluno. Nessa nova concepção, a educadora atuaria com mais dinamismo perante seus alunos, seria mais flexível, comunicativa e menos rígida. A disciplina da sala de aula seria alcançada pelo diálogo e sanções entre o grupo, e não apenas imposta pela figura da professora.

Nessa nova visão, o aluno deixaria de ser um sujeito passivo e se tornaria também responsável pela sua aprendizagem, seria ele agente ativo de sua formação – o aluno torna-se o centro do processo de ensino-aprendizagem, de onde se fundamenta o *construtivismo* atual.

Em meados dos anos 60 (durante o regime militar no Brasil), o país passava por diversas transformações sociais, políticas e culturais, em que a censura atuava de maneira rígida. A educação também sofria essa censura e passava a ter seus conteúdos, livros didáticos e discursos dos professores controlados, e a lei passa a ser mais minuciosa (LDB).

Como a educação era uma das instituições que contribuiriam para formação dos indivíduos, era óbvio que o governo (ditatorial da época) encontraria nela uma aliada para formar os cidadãos que ele almejava ter (passivos, controlados, submissos).

Nesse contexto, a figura da professora passa a ser de uma mera “professorinha”, e torna-se uma profissional da educação. Tal valorização do ensino cria *experts* na educação (coordenadores, diretores, supervisores – que em sua maioria eram homens) e as professoras passam a reivindicar não apenas status em sua profissão, mas também melhores remunerações e igualdade perante o salário masculino, já que os homens formavam o quadro do magistério, principalmente no 2º grau (atual ensino Médio) e no ensino Superior.

Essa profissionalização do ensino cria também um “*fordismo*” na educação, em que as disciplinas passam a ser fragmentada e há uma separação entre quem decide e quem atua.

Atualmente o ensino também passa por uma fragmentação de seus conteúdos, em que os níveis de ensino (fundamental/médio/superior) não são interligados em seus conteúdos. Também resiste, nos dias de hoje, a configuração de mulheres na Ed. Infantil e séries iniciais do ensino Fundamental (o perfil da mãe) e, o de homens, no Ensino Médio e Superior (que caracteriza maior status e remuneração para a profissão).

Visando melhorar o salário e se adequar ao quadro da profissão, as mulheres passam a formar associações e sindicatos. As professoras deixam de ser as tias passivas, de morais intactas, dignas, submissas e passam a atuar na sociedade de maneira revolucionária, em que defendiam sua categoria e suas reivindicações salariais.

Porém, ainda hoje quando o assunto é greve, a maior parte do quadro professoral, que são as mulheres, acaba não sendo as líderes de sindicatos ou associações. Tais funções são atribuídas aos homens, mais uma vez a figura masculina assume o posto na educação de chefia e a mulher obedece (ranços de uma formação maternal/casamenteira de época atrás?).

Porém, a atuação das mulheres no magistério não pode ser encarada apenas de maneira submissa e recatada e não pode ser constituída apenas por representações revolucionárias. O perfil da mulher na educação é constituído de ambiguidades, em que o grupo atua de acordo com o seu meio e a época em que está inserida.

Nos dias atuais, a pesquisa realizada pelo INEP apontou que a mulher é hoje a maioria matriculada no Ensino Médio e Superior, superando os homens nesse nível de ensino (os homens continuam a entrar precocemente no mercado de trabalho, tendo que abandonar os estudos que para muitos passa a ser um privilégio, já as mulheres disponibilizam de mais tempo para poder investir em sua formação).

Esses dados nos fazem refletir em qual será a posição da mulher na educação e na sociedade atual e futura. Continuará ela a ser chefiada por homens ou finalmente se encarregará de tal função, já que ambos os sexos detêm de capacidades semelhantes?

A professora, tia, educadora, todas elas têm e tiveram suas particularidades e perfis que foram modificados e recriados socialmente e, cada uma delas, contribuiu de sua maneira (positivamente ou nem tanto) para formar e educar seus alunos e, assim, contribuir diretamente para a formação da sociedade.

Denise Nascimento.